


HUMANIZAÇÃO E ARTE: A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE PARA CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.037-014>

Késsia Giovanna Bresque Azarias

Graduanda em Enfermagem, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, PR, Brasil
E-mail: kessiabresque01@gmail.com

Marcela Aparecida Alvarez Ferraz

Graduanda em Enfermagem, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, PR, Brasil
E-mail: marcelaalvarz8@gmail.com

Carolina Godoy Waner

Graduanda em Enfermagem, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, PR, Brasil
E-mail: carol.godoy.waner@gmail.com

Ariane Corda de Oliveira

Graduanda em Enfermagem, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, PR, Brasil
E-mail: arianecordadeoliveira@gmail.com

Ingrid Aparecida de Lima Ribeiro

Graduanda em Enfermagem, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, PR, Brasil
E-mail: ingridaplimaribeiro@gmail.com

Raiane Piccioni Xavier

Graduanda em Enfermagem, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, PR, Brasil
E-mail: raianepiccioni.rp@gmail.com

Annecy Tojeiro Giordani

Enfermeira Pós-Doutorado e Doutorado em Enfermagem pela EERP-USP. Professora Associada da UENP, Curso de Graduação em Enfermagem.
E-mail: annecy@uenp.edu.br

Tatiane Angélica Phelipini Borges

Doutora em Saúde Coletiva, mestre em enfermagem e enfermeira. Docente do curso de enfermagem - UENP
E-mail: tatiane.phelipini@uenp.edu.br

RESUMO

RESUMO:

As crianças institucionalizadas são aquelas retiradas de seus ambientes familiares, por algum motivo, e são inseridas em instituições, conhecidas popularmente como “lares/abrigos”, para vivenciarem o processo de reintegração familiar, ou para o processo de adoção, portando consigo marcas e vivências complexas desde a infância, em virtude do fato de serem retiradas de seus lares por situações de abandono, maus tratos, negligências, explorações, entre tantas outras causas possíveis. Assim, as atividades lúdicas e a arte podem e devem ser consideradas indispensáveis para o acolhimento, desenvolvimento e aprendizagem inerentes e saudáveis, visando o despertar da possibilidade de criar



e recriar por meio da percepção, da imaginação, dos sentimentos e da própria fantasia construída pela criança que se comunica consigo e com o mundo, passando a aceitar a existência dos outros, o estabelecimento de regras em suas relações sociais, construindo conhecimentos e se desenvolvendo integralmente. Deste modo, esse projeto de extensão visou realizar ações de humanização e cuidado entrelaçados com a arte, divididas em quatro frentes de atuação (palhaçaria, contação de história, música e artesanato), e promover práticas de cuidado lúdico por meio da arte com essas quatro frentes. Nesse sentido, as ações realizadas por meio do lúdico proporcionam para estas crianças a capacidade de desenvolver sua individualidade e a sua integralidade por meio de atividades que, entrelaçadas com a arte, engloba o desenvolvimento cognitivo, a afetividade, a comunicação, a interação e a socialização, criando-se assim, o estabelecimento do juízo moral e de valor, pois será capaz de explorar o ambiente ao seu redor, sua imaginação, seus sentimentos, sua criatividade e sua capacidade de interação e socialização. Desse modo, evidenciou-se que existem inúmeras estratégias que podem ser aliadas ao cuidado e assistência e ao acolhimento, para que se afaste a tendência do cuidado desumanizado fortemente associado aos “abrigos”.

Palavras-chave: Acolhimento Institucionalizado. Arte. Criança. Humanização. Ludicidade.



1 INTRODUÇÃO

Crianças institucionalizadas são aquelas que se encontram em acolhimento institucional, após serem retiradas de seus ambientes familiares, por algum motivo, e são inseridas nestas entidades para vivenciar o processo de reintegração familiar ou serem encaminhadas para o processo de adoção, sendo de decisão do poder judiciário.

A responsabilidade atribuída aos abrigos, casas-lares, educandários, ou orfanatos, como popularmente são conhecidos, é zelar tanto pela integridade física, quanto emocional das crianças e adolescentes que tiveram os seus direitos negados ou violados, podendo ser decorrentes de uma situação de abandono social ou exposição a riscos desencadeados por negligência de seus responsáveis (Silva; Aquino, 2005).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), define o “abrigo” como uma medida “provisória e excepcional” em seu art. 101, parágrafo único, devendo ser recorrido em último caso, mesmo muitas vezes sendo visto como a melhor medida inicial e a mais fácil de ser instituída (Brasil, 1990). Mas, o termo “abrigo”, utilizado em 1990, no Estatuto da Criança/ Adolescente, foi substituído por meio da Lei 12.010 de 2009, passando a ser chamada de acolhimento institucional (Brasil, 2009).

Os casos que devem ser abordados de tal maneira são aqueles considerados casos extremos, no qual há necessidade de afastamento familiar até que as condições de convivência se (re)estabeleçam e se encontram adequadas, tendo assim nas instituições de acolhimento, um espaço que forneça cuidado e proteção, devendo ser o mais semelhante possível com a rotina familiar.

É necessário ressaltar que a medida de acolhimento institucional, além de ser excepcional, deve possuir caráter provisório, logo, tem como objetivo que a criança/ adolescente seja reintegrado à sua família de origem no prazo mínimo possível. Quando esses aspectos são vivenciados por longos períodos, representam além de violação de direitos, sinais e marcas irreversíveis na vida dessas crianças e adolescentes, dificultando a adquirirem sentimento de pertencimento, enfrentando dificuldades de adaptação ao convívio familiar e comunitário (Silva; Aquino, 2005).

Segundo o psicanalista e pediatra Donald Winnicott (2002), estas instituições, muitas vezes são encaradas como fatores dificultadores para o desenvolvimento físico, cognitivo e psicológico das crianças/ adolescentes, mas podem se tornar um ambiente favorável para o aprimoramento, uma vez que o ambiente é o fator crucial para o desenvolvimento da criança, a partir dos bons cuidados proporcionados.

Desta forma, se a instituição assegurar que, durante o período de acolhimento institucional, as crianças/ adolescentes que ali residirem, tenham seus direitos estabelecidos pelo ECA e o ambiente mais próximo a uma rotina e convívio familiar saudável, o seu processo de desenvolvimento não será prejudicado no âmbito físico e cognitivo, devendo ser fornecido também o acolhimento emocional e psicológico durante o enfrentamento desta fase turbulenta (Silva; Aquino, 2005).

Por outro lado, o ECA (Brasil, 1990) preconiza em suas diretrizes que a criança/ adolescente é detentora de direitos, sendo eles, direito referente à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. Desta forma, a articulação das duas políticas, aplicadas na realidade das crianças/ adolescentes em acolhimento institucional, contribuem para que haja um olhar diferenciado e humanizado para o planejamento e implementação dos cuidados prestados.

Para Piaget e Inhelder (2002) o desenvolvimento cognitivo está entrelaçado com a afetividade, comunicação, interação e socialização para estabelecimento do juízo moral e de valor, e por meio do brincar a criança/ adolescente é capaz de explorar o ambiente ao seu redor, sua imaginação, seus sentimentos, criatividade e capacidade de interação e comunicação social, e não encarado como um adulto em miniatura, logo seu papel é ser criança/ adolescente.

Neste sentido, as ações realizadas por meio do lúdico proporcionam para estas crianças/ adolescentes a capacidade de aprimorar sua individualidade e a sua integralidade por meio do desenvolvimento de atividades que, entrelaçadas com a arte, englobam o aperfeiçoamento do cognitivo, a afetividade, a comunicação, a interação e a socialização, criando-se assim o estabelecimento do juízo moral e de valor, pois será capaz de explorar o ambiente ao seu redor, sua imaginação, seus sentimentos, sua criatividade e sua capacidade de interação e socialização.

2 JUSTIFICATIVA

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), possuem o objetivo de orientar as grades curriculares das Instituições de Ensino Superior (IES) incentivando a oferta e a adesão dos acadêmicos para participação em projetos de pesquisa e extensão, na intencionalidade de enriquecer a formação e construção do ser profissional. No que tange a área da saúde, os cursos de graduação em Enfermagem (Brasil, 2001) pressupõem que é necessário que os profissionais de saúde estejam devidamente capacitados a atender as necessidades apresentadas pela sociedade (Coura *et. al.*; 2015).

No entanto, assuntos considerados chaves, especialmente na área da saúde podem ser abordados durante a graduação de modo superficial e raso, como ocorre com a Política Nacional de Humanização (PNH) (Medeiros *et al.*, 2015), no qual aborda a importância de que tenha-se um olhar humanizado que contemple a individualidade e a integralidade do ser humano, favorecendo também o estímulo à produção de novas formas de gerir, cuidar, acolher e organizar o trabalho, alavancando a mudança na perspectiva de implementação do cuidado de acordo com a necessidade de cada indivíduo, distanciando-se do cuidado tecnicista e biomédico (Brasil, 2013).

A PNH, instituída em 2003, reforça a importância da formação dos profissionais de saúde, especialmente enfermeiros, no sentido de promover um cuidado mais humanizado, voltado para a integralidade e dignidade do indivíduo. Os enfermeiros, como protagonistas na linha de frente da

atenção à saúde, desempenham um papel crucial nesse processo, pois, além de seu conhecimento técnico, sua atuação envolve o estabelecimento de vínculos e a percepção da subjetividade dos pacientes. A PNH incentiva práticas de cuidado que integrem aspectos emocionais, sociais e culturais, o que demanda profissionais capacitados para implementar a humanização de forma efetiva, seja no ambiente hospitalar ou em serviços de atenção primária (Brasil, 2013).

Esta interação entre universidade e sociedade por meio de projetos de extensão, consolidam uma aliança entre elas, partindo da perspectiva de que o indivíduo é capaz de transformar a sociedade, por meio das implementações de ações teórico-práticas para além das paredes das salas de aulas. Desse modo, as atividades acadêmicas extensionistas, devem ser compreendidas não apenas como uma prática, na qual os estudantes possuem o contato com as demandas sociais, mas sim, como uma forma de desenvolver o pensamento crítico-reflexivo (Silva; Aquino, 2005).

A inserção dessas atividades extensionistas nas instituições também colabora para a promoção do direito à convivência comunitária, permitindo o estabelecimento de novos vínculos e relações. Para os enfermeiros, isso é essencial, pois as práticas extensionistas proporcionam uma experiência real de cuidado humanizado, ajudando a desenvolver habilidades essenciais para atender às complexidades do cuidado em saúde, em consonância com os princípios da PNH (2013), proporcionando que a formação desses profissionais se alinhe com as exigências da sociedade contemporânea, garantindo uma prática mais humanizada e eficaz, como apontam Altoe, Silva e Pinheiro (2011).

É imprescindível que além da criança/ adolescente se sentir acolhido, compreendida e com suas individualidades respeitadas, haja também o estabelecimento de vínculos afetivos sólidos, pois, o sentimento de proteção e pertencimento é crucial para que melhor se adapte ao ambiente em que estão inseridos, tendo a ludicidade como uma ferramenta importante para auxiliar neste processo. Por meio do entrelaçamento entre a humanização e a arte, especialmente em suas formas lúdicas, pode ser inserida como estratégia no cuidado, atenção e bem-estar da criança/ adolescente, distanciando-se do modelo de “depósitos” de indivíduos e tornando o meio enriquecedor para o desenvolvimento destas, uma vez que o ambiente influencia em seu processo de formação e pode se tornar um meio de viver, aprender e se desenvolver (Piaget, 1976).

Visto que, a enfermagem como profissão do cuidado, pouco se fala sobre a necessidade da implementação da humanização, a prática da empatia e a manutenção e acompanhamento do desenvolvimento das crianças/ adolescentes institucionalizados. É previsto que o Enfermeiro deve desenvolver competências técnico-científicas, ético-políticas e socioeducativas de acordo com as necessidades sociais que ele encontra, tendo como objetivo a prevenção, a promoção e a recuperação da saúde do contexto em que o mesmo está inserido. Entretanto, as grades curriculares apresentam uma lacuna em relação ao ensino da humanização, juntamente com a escassez de produção de pesquisas

sobre esta temática, contribui para a formação de uma profissional cujo olhar fragmentado se volta apenas a práticas educativas na área da saúde (Medeiros *et al.*, 2015).

3 OBJETIVO

O objetivo deste artigo foi analisar como as pesquisas científicas tratam o desenvolvimento de estratégias inovadoras para o cuidado humanizado com crianças/ adolescentes em acolhimento institucional, utilizando a ludicidade e o brincar como ferramentas para enfrentar a desumanização e o isolamento. Além disso, buscou-se destacar como a extensão universitária contribui para a formação acadêmica dos futuros profissionais de saúde, sensibilizando-os sobre a importância de adquirir conhecimento acerca do cuidado humanizado e das diversas estratégias que podem ser aplicadas.

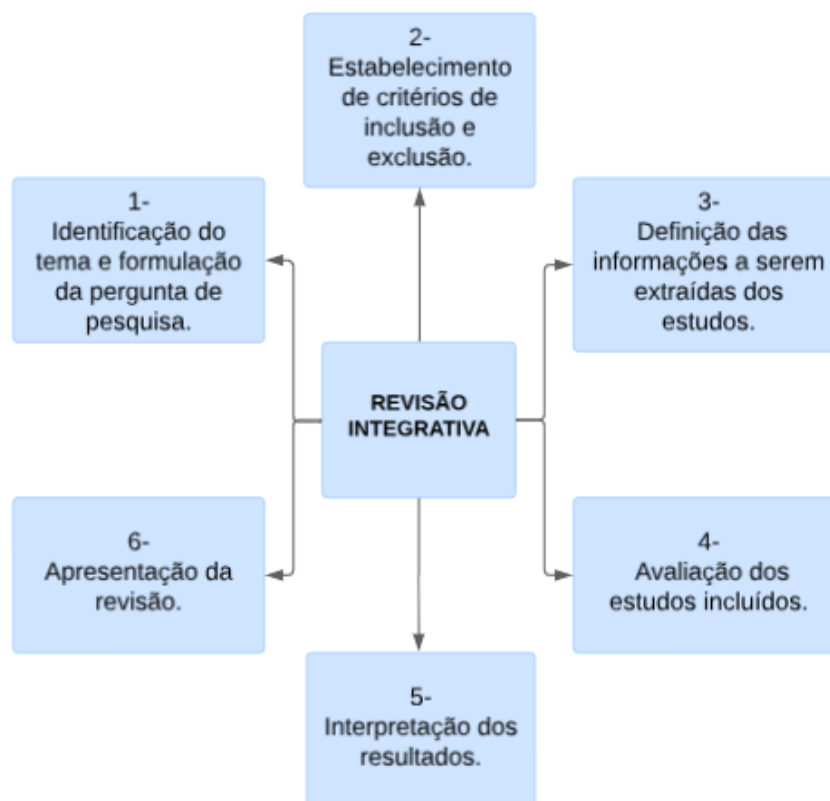
4 METODOLOGIA

A construção desse artigo se deu por meio de uma Revisão Integrativa, que se baseia como um instrumento essencial na Prática Baseada em Evidência (PBE) em Enfermagem, pois é um método que agrupa os resultados de pesquisas primárias sobre o mesmo assunto com o objetivo de sintetizar e analisar esses dados para desenvolver uma explicação mais abrangente de um fenômeno específico (Cooper, 1989).

Dessa forma, à luz dos autores Souza *et al.* (2010) e, considerando os fundamentos conceituados por Ganong (1987), o presente levantamento utilizou-se como fonte de dados o portal de Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, Google Acadêmico e Scielo. Foi utilizado como critérios de exclusão, a literatura cinzenta, sendo elas teses e dissertações, e livros.

Segundo Agnon (1987,n.p.), o processo de revisão integrativa é dividido em seis fases: Identificação do tema e seleção das hipóteses ou das questões a serem respondidas aliado com a metodologia do acrônimo PiCo para delinear a pesquisa de forma específica; Constituição da amostra das pesquisas a serem revisadas (critérios de inclusão e exclusão), Descrição das características dos estudos e seus principais achados; Categorização e análise desses resultados; Interpretação dos resultados e Apresentação da síntese do conhecimento, conforme figura 1.

Figura 1: Fluxograma segundo Ganong para realização da revisão integrativa



Fonte: Autores, 2024

Ao realizar a busca por descritores, foi identificado que não há uma padronização adequada para se referir ao “acolhimento institucional”, como definido pelo ECA (Brasil, 2009), termo este que foi substituído pelo anterior “abrigo”. O termo acolhimento institucional foi atualizado no ano de 2009. Foi esperado que, devido a atualização ter ocorrido antes do período de 2013, os artigos buscados estariam atualizados.

Segundo os Descritores em Ciência e Saúde (DeCS), o termo mais próximo ao buscado com exceção de “criança” e “adolescente”, juntamente com as combinações dos operadores booleanos “and” e “not”. O descritor “abrigo” foi selecionado para padronização, excluindo-se o descritor “orfanato” que abordava a situação de crianças que não passariam pelo processo de reintegração familiar, desnortando do foco desta pesquisa.

Após a definição dos principais descritores utilizados, cada banco de dados mostrou suas particularidades em relação ao formato adequado de busca, logo foram acrescentados outros descritores para melhor filtragem de materiais, e estes estão apresentados posteriormente para melhor compreensão.

As buscas realizadas nas bases de dados tiveram seus resultados organizados em uma tabela do *Excel*, subdividido nas seguintes colunas: Título do Artigo; Assunto Abordado; Ano de Publicação; *Link* de Acesso ao material. Este formato permitiu categorizar as informações segundo a utilização de cores distintas, sendo verde artigos de acordo com o tema pelo título, resumo ou ano, vermelho artigos

excluídos por análise de título resumo ou ano e em amarelo, os artigos que pelo título ou resumo não foi possível identificar se estavam condizentes ao objetivo da pesquisa, necessitando a leitura na íntegra.

Foram utilizados como critério de inclusão os artigos publicados no período de 2013 a 2024, sendo este período estabelecido devido a última atualização da PNH até os dias atuais. Os artigos foram selecionados por dois pesquisadores para que a seleção ocorresse de modo mais seguro, seguindo a análise de título e resumo, primeiramente, após, leitura na íntegra.

Como critério de exclusão, todos os artigos publicados antes de 2013, bem como os títulos que abordavam outras temáticas com crianças/ adolescentes que não fossem institucionalizados.

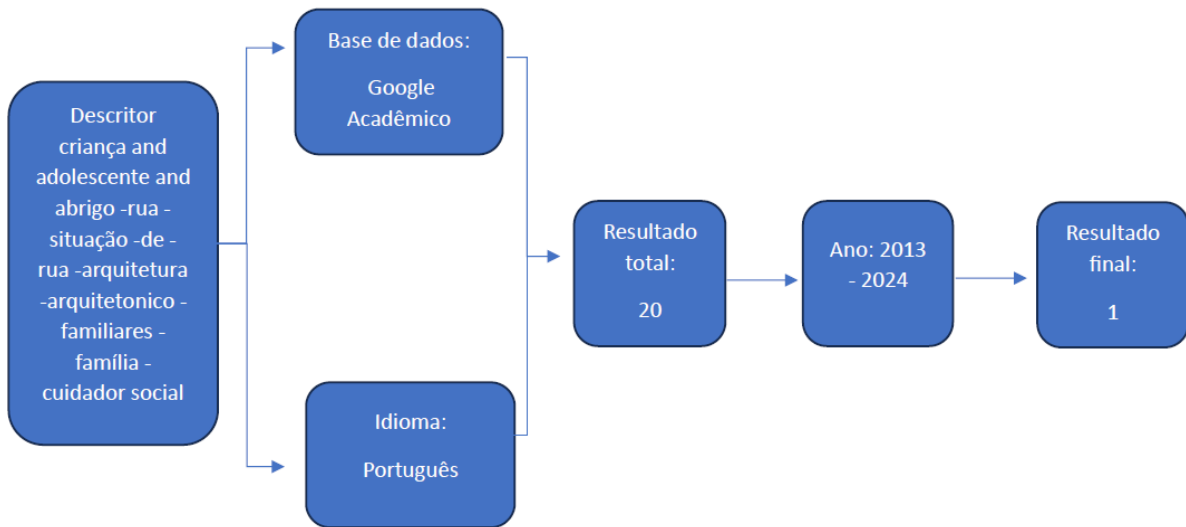
Para elaborar a pergunta central da pesquisa, utilizou-se a estratégia PICO, que é um acrônimo para População ou Problema, Intervenção e Contexto do estudo (Nishikawa-Pacher, 2022), conforme quadro abaixo.

COMPONENTE	DEFINIÇÃO	DESCRITORES DECS	SINÔNIMO
POPULAÇÃO (P)	CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CRIANÇA; ADOLESCENTE	
INTERVENÇÃO (I)	HUMANIZAÇÃO	HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA	HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO
CONTEXTO (CO)	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	ABRIGO; VULNERABILIDADE SOCIAL	CASAS LARES

Fonte: Autores, 2024

A Figura 2 representa a busca realizada no período de 2013 à setembro de 2024 com o uso do Descritor em Ciência da Saúde (DeCS) “google acadêmico - *criança and adolescente and abrigo -rua -situação -de -rua -arquitetura -arquitetônico -familiares -familia -cuidador -cuidadores -cuidadoras -idosos -instituição -hospitalar -hospital -pessoa -idosa*”.

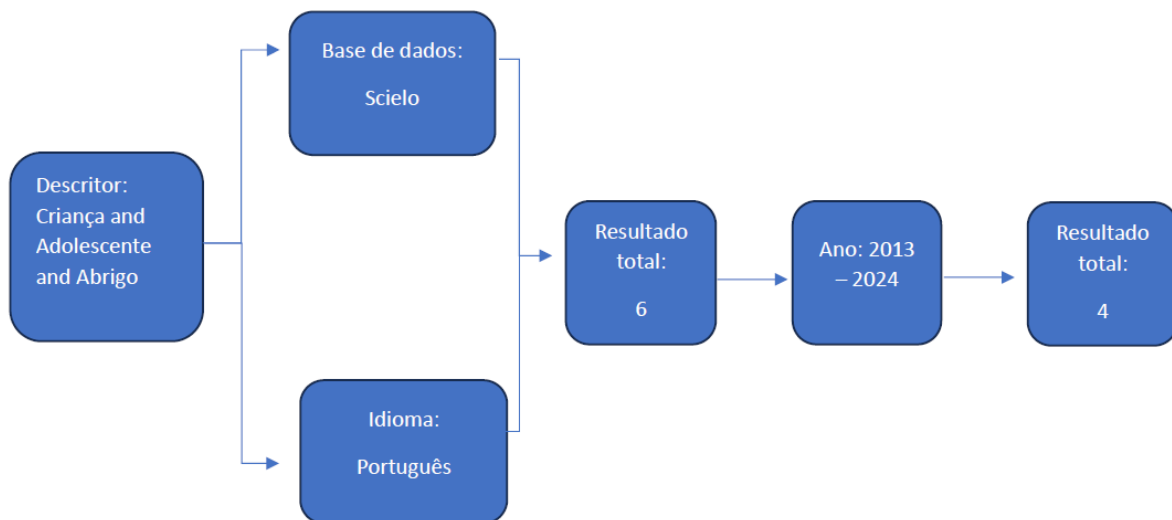
Figura 2: Fonte de Dados Google Acadêmico



Fonte: Autores, 2024

A Figura 3, representa a busca realizada no período de 2013 a setembro de 2024 com o uso do descritor em Ciência da Saúde (DeCS) “SciELO - *criança and adolescente and abrigo.*”

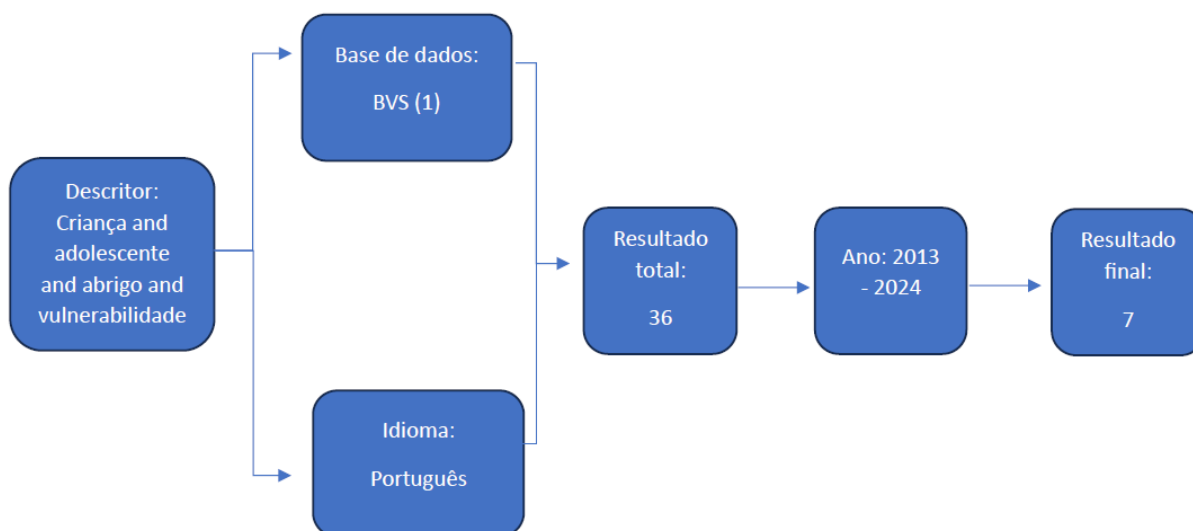
Figura 3: Fonte de Dados SciELO



Fonte: Autores, 2024

A Figura 4, representa a busca de dados realizada no período de 2013 a setembro de 2024 com o uso do descritor em Ciência da Saúde (DeCS) Biblioteca Virtual de Saúde do Ministério da Saúde “*Criança and adolescente and abrigo and vulnerabilidade social*”.

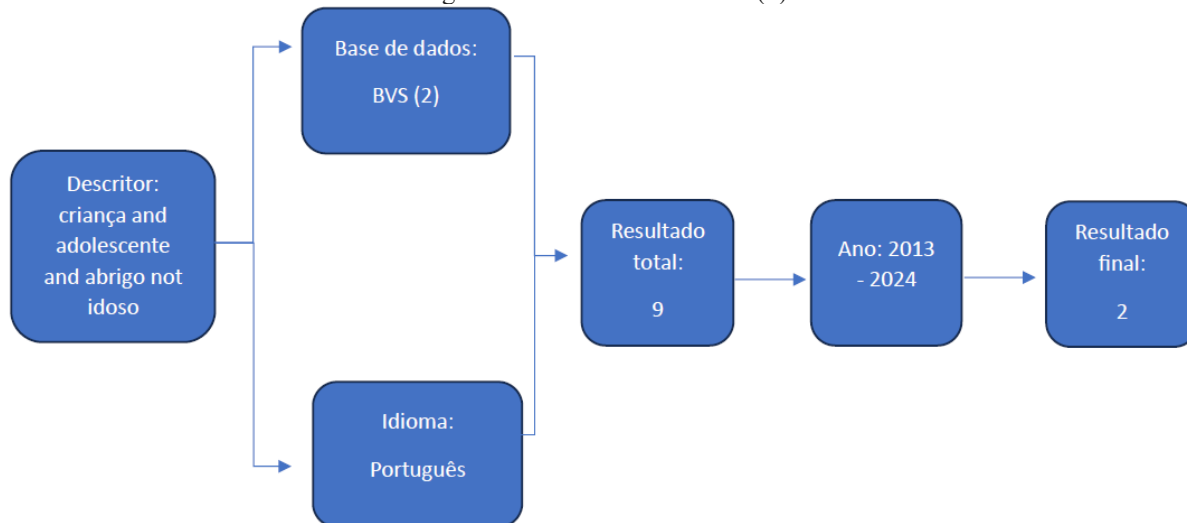
Figura 4: Fonte de Dados BVS (1)



Fonte: Autores, 2024

A Figura 5, representa a busca de dados realizada no período de 2013 a setembro de 2024 com o uso do descritor em Ciência da Saúde (DeCS) Biblioteca Virtual de Saúde do Ministério da Saúde “*criança and adolescente and abrigo not idoso*”.

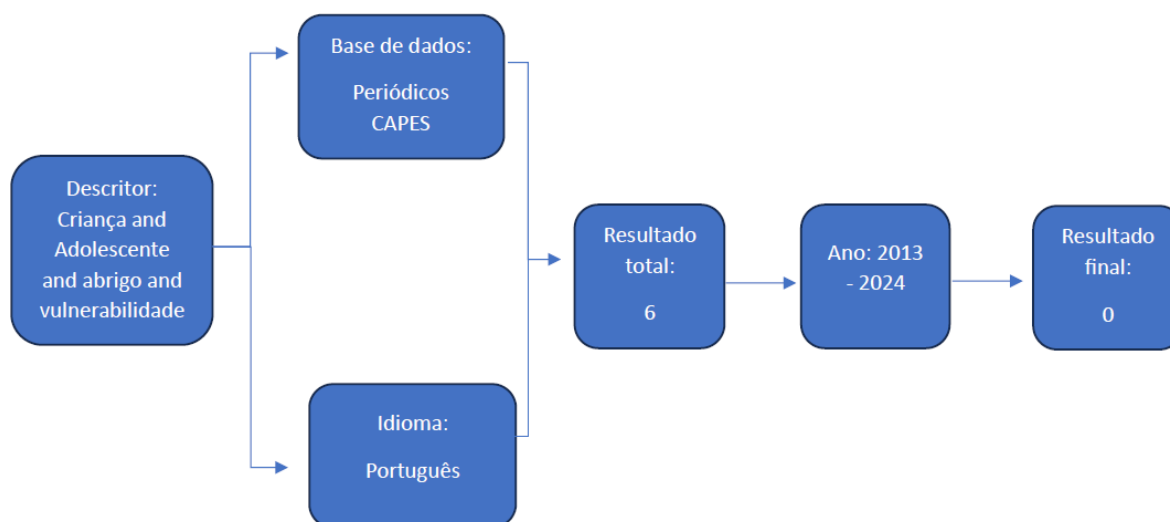
Figura 5: Fonte de Dados BVS (2)



Fonte: Autores, 2024

A Figura 6, representa a busca de dados realizada no período de 2013 a setembro de 2024 com o uso do descritor em Ciência da Saúde (DeCS) em Periódicos CAPES “*criança and adolescente and abrigo and vulnerabilidade social*”.

Figura 6: Fonte de Dados Periódicos CAPES



Fonte: Autores, 2024

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Revisão Integrativa permitiu visualizar e analisar como a temática Humanização tem sido abordada nos últimos dez anos em relação a crianças institucionalizadas e como sua implementação se torna crucial para o pleno desenvolvimento destas crianças/ adolescentes em acolhimento institucional.

Com base nos critérios estabelecidos para a realização do levantamento por descritores, a busca realizada na base do “Google acadêmico”, obtive 20 títulos de trabalhos, sendo 9 deles de acordo com a temática segundo título e resumo, e após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, resultou em apenas um artigo selecionado. No banco de dados da “SciELO”, foram encontrados seis artigos de acordo com o tema, após a aplicação dos critérios por ano, totalizou quatro artigos.

Na primeira busca realizada na “Biblioteca Virtual de Saúde”, com os descritores e booleanos “*criança and adolescente and abrigo and vulnerabilidade social*”, foram totalizados 36 artigos, sendo 13 desses de acordo com o tema, e sete foram excluídos após aplicação dos critérios elencados por ano, obtendo-se apenas cinco artigos. A segunda busca realizada na “Biblioteca Virtual de Saúde”, foram utilizados os descritores juntamente com os operadores booleanos “*criança and adolescente and abrigo not idoso*”, após ser identificado que muitos artigos realizados na primeira busca tiveram que ser excluídos por estarem relacionados a institucionalização da pessoa idosa, foram totalizados nove artigos, porém, apenas dois deles de acordo com o critério de exclusão e inclusão.

A busca realizada no banco de dados de periódicos da CAPES, foram utilizados os descritores “*criança and adolescente and abrigo and vulnerabilidade social*” e foram totalizados seis artigos, sendo dois deles de acordo com o tema por título e análise do resumo, mas nenhum deles foram publicados entre os anos de 2013 a 2024.

Os títulos excluídos por ano abrangeram do ano de 2003 a 2012, e para melhor análise do período em que houve exclusão por período, sendo que: nos anos de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2012

foi excluído um artigo de cada ano supracitado. No ano de 2007 houveram três artigos excluídos, no ano de 2008 foram excluídos quatro artigos, no ano de 2009, dois artigos excluídos, no ano de 2010 foram 5 artigos e no ano de 2011 foram excluídos três artigos.

Diante desta análise, pudemos verificar que o maior número de publicações, mesmo sendo em um período fora do interesse do estudo, foi no ano de 2010, período que antecede a publicação da atualização da PNH que ocorreu em 2013, enquanto em 2004, 2005 e 2006, período de três anos após a publicação de 2003 da PNH, foi um período que constatou menor produção referente ao assunto, sendo apenas um em cada ano pesquisado.

Após a análise por título e resumo dos artigos selecionados, estes foram lidos na íntegra e separados de acordo com o título, periódico e ano do estudo realizado, objetivo, principais resultados e considerações finais, com a finalidade de observar quais os principais assuntos abordados em relação a crianças/ adolescentes em acolhimento institucional.

Tabela 1: análise dos dados de busca realizado no Google Acadêmico

GOOGLE ACADÊMICO				
Título	Periódico e ano	Objetivo	Principais Resultados	Considerações Finais
Abrigo pobreza e negligência: percursos de judicialização	Psicologia & Sociedade – 2015	Discutir sobre as negligências como uma categorização que justifica a intervenção estatal sobre famílias pobres	A generalização da negligência é aplicada de maneira incoerente, analisada por um recorte de situações. A família negligente é a que não é da maneira como a sociedade espera que seja e faça.	Em situações judiciais, o cenário mais imediato é punir, castigar, sem levar em consideração outras possibilidades e diminuir a prática de abrigamento para resolução de problemas.

A busca de dados realizada na plataforma do Google Acadêmico (tabela 1), trouxe apenas um artigo relacionado no ano de publicação pesquisado. Trata-se de uma forma de busca no qual engloba uma grande variedade de estudos, de diferentes locais, e de diferentes tipos de pesquisa, englobando livros, teses, leis, ementas, etc. Vale ressaltar que durante a busca, apareceram diversos materiais considerados “literatura cinzenta”, porém, nenhum deles se encaixou no período de produção proposto.

O artigo encontrado destacou o imediatismo do Poder Judiciário para resolução de possíveis problemas que poderiam ser resolvidos de modo mais breve. Inferiu-se que muitas vezes, não se tem uma investigação mais assertiva, e quais as possibilidades legais podem auxiliar e solucionar o problema em questão, que não o encaminhamento inicial da criança/ adolescente para o acolhimento institucional, afastando-o precocemente de seus lares em diversos casos, resultando em um período intensamente estressante, de modo desnecessário. (Nascimento, 2012)

Tabela 2: análise dos dados de busca realizado na Scielo

SCIELO				
Titulo	Periódico e ano	Objetivo	Principais Resultados	Considerações Finais
Avaliação dos serviços de acolhimento institucional e adolescentes no Recife	Ciência & Saúde Coletiva – 2018	Avaliar a estrutura e o processo dos acolhimentos institucionais para proteção de crianças e adolescentes vítimas de abandono e/ou violência no Recife	Destacou-se que um dos principais problemas está relacionado aos recursos humanos, uma vez que os educadores/cuidadores estabelecem vínculo afetivo e passa a representar uma peça fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente. O regime de plantões prejudica a continuidade desse vínculo, atrelado a rotatividade.	Os entraves para implementação das medidas pelo ECA decorrem do uso de drogas pelos adolescentes e familiares, distanciamento geográfico da família de origem, integração com outras instituições e comunidade e, principalmente, grande rotatividade dos profissionais
Motor Learning in children and adolescents institutionalized in shelters	Fisioterapia e movimento	Analisar a aprendizagem motora de crianças e adolescentes institucionalizados em abrigo e comparar com indivíduos em contexto familiar.	As crianças tendem a buscar afeto com as demais que estão convivendo, criando um ambiente familiar onde ocorrem estímulos que favorecem o desenvolvimento; indivíduos vivem em um ambiente familiar estável eles apresentam diferenças significativas no desenvolvimento quando comparados a indivíduos institucionalizados	Indivíduos vivendo em abrigos apresentaram déficit de aprendizagem motora, evidenciado pelo maior tempo de execução da tarefa
Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada	Psicologia social - 2017	Entender como é a experiência de ter sido acolhido na infância ou adolescência e quais as políticas de identidades são atribuídas; e as possibilidades de superação após este cenário	As marcas do abandono se tornam parte da identidade da criança abrigada; há despreparo e ausência de capacitação para lidar com as crianças acolhidas em suas necessidades não materiais; ambiguidade relacionada a criança se divide em gratidão e docilidade e a prescrição de marginalidade	É necessário que haja políticas públicas que atendam as necessidades da criança e garantam a sua autonomia e apoio necessário para a transição entre a maioridade e o assumir um papel na sociedade após a desinstitucionalização por maior idade.
Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju	Psicologia clínica - 2015	Apresentar e discutir pesquisas realizadas sobre execução do acolhimento institucional	Desmembramento de grupo de irmãos no momento do acolhimento, instituições restritas ao atendimento a crianças de determinada faixa etária, desarticulação da rede de proteção à infância e adolescência, significativo número de crianças e adolescentes do interior acolhidos na capital, ausência de trabalho com a família e dificuldades para efetivação do direito à convivência familiar e comunitária	É necessário oferecer modalidades de proteção a infância e a juventude que valorizem a família e diminua a aplicação da medida de acolhimento

A busca de dados realizada na plataforma do Scielo (tabela 2), trouxe de maneira mais clara e objetiva a teoria de Piaget à tona, uma vez que estabelece a importância da criação de vínculo com os indivíduos que compõem a vida da criança/ adolescente, na tentativa de manter suas rotinas o mais próximo de suas realidades, para minimizar os impactos da separação familiar. Foi evidenciado novamente a relação entre a busca por institucionalizar as crianças/ adolescentes e não propiciar subsídios que possam auxiliar a família a se estruturar, encarando a institucionalização como a única solução, relevando a demora para tramitação do caso, prolongando ainda mais o tempo de espera e o sofrimento vivenciado pela família. O segundo artigo ressalta como o estímulo apropriado nos acolhimentos institucionais passam despercebidos, e a alta demanda de crianças/ adolescentes e suas necessidades diferentes, acarreta em atrasos e dificuldades nos seus desenvolvimentos. (Santos, *et al* 2017)

Sendo uma das aberturas que a universidade possui por meio dos projetos extensionistas, no qual podem promover maneiras lúdicas que proporcionam humanização, leveza e ludicidade nas ações na tentativa de amenizar o sofrimento vivenciado por crianças/ adolescentes e a oportunização de um desenvolvimento adequado, aliado para que o meio se torne favorável, como preconizado por Winnicott (2002).

Tabela 3: análise dos dados de busca realizado na Biblioteca Virtual de Saúde na primeira abordagem

BVS 1				
Título	Periódico e ano	Objetivo	Principais Resultados	Considerações Finais
Implicação da prática profissional no acolhimento institucional de crianças: perspectiva de cuidadores	Psicologia: Ciência e Profissão – 2023	caracterizar as implicações da prática profissional no acolhimento de crianças em uma casa-abrigo, na perspectiva de cuidadoras	A entrada das crianças na casa-abrigo resulta em uma mudança na posição e papel a ser ocupado; o estabelecimento de relação se inicia desde o acolhimento inicial; a criança se sente sem aviso ou explicação prévia do que está acontecendo (não confere autonomia); há práticas acolhedoras vinculadas as cuidadoras;	É necessário trabalhar a importância da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano para que haja um processo de desenvolvimento da criança a partir da interação com os demais envolvidos neste processo. Refletir o processo de acolhimento de acordo com as implicações do desenvolvimento humano e das políticas públicas existentes.
Entrega em adoção e demanda de reencontro à justiça: motivação da genitora	Psicologia: Ciência e Profissão - 2023	Discutir especificidades da entrega voluntária de uma criança para adoção, no contexto da Justiça, e as motivações de demanda posterior da genitora para a viabilização de um reencontro	Não há explicação por parte da Vara da Justiça referente a explicação da separação de sua mãe; relatos de que o filho jamais será esquecido, e se preocupam com o destino de seus filhos;	É importante que registre no relatório informações que possam auxiliar em relação a integração de sua história de vida

Risco, vulnerabilidade e confinamento da infância pobre	Psicologia & Sociedade	Análise sobre os critérios considerados para atribuição errônea do processo de acolhimento institucional.	As famílias pobres são diretamente apontadas como incapazes de criar seus filhos de maneira adequada por questões históricas, e não por análise propriamente dita (criminalização da pobreza). A pobreza é uma situação de vulnerabilidade, e não necessariamente um risco. Muitos acreditam que institucionalizar é a solução.	O acolhimento institucional quando usado erroneamente, como solução mágica de problemas, se torna um confinamento da infância, ao invés de uma solução cabível. O confinamento engloba a restrição dos corpos (ao abrigo) quanto a subjetividade que exerce sua potência e movimenta a vida; limitados a um futuro indesejável, quando limitados em “risco” e “vulnerabilidade”
Empoderamento de adolescentes femininas abrigadas: saúde sexual na perspectiva do modelo teórico de Nola Pender	Revista de enfermagem UERJ	Descrever as atitudes e comportamentos sexuais de adolescentes em situação de acolhimento e analisar as repercussões dessas atitudes sobre a saúde sexual, considerando o Modelo Teórico de Nola Pender.	As adolescentes se comprometem mais facilmente com o comportamento que a melhor beneficie; relatam preocupações futuras com sua saúde sexual e reprodutiva (gravidez e ISTs); o exercício da sexualidade é um direito importante para a promoção da saúde sexual; o diálogo entre os parceiros contribuem para redução dos riscos e das desigualdades de gênero e capacidade para decidir seu próprio futuro.	O empoderamento sexual de adolescentes apresenta dualidade entre as práticas sexuais; deve ser pensado estratégias de educação junto com os adolescentes em situação de acolhimento, onde haja o diálogo de cuidar, valorizando suas particularidades pessoais e sociais de gênero e etnia.

Na primeira busca realizada na Biblioteca Virtual de Saúde, houve a presença de um artigo publicado em uma revista de enfermagem, sendo o único encontrado nesta busca, enquanto os demais são prevalentes em revistas voltadas à psicologia. A presença do profissional de enfermagem é destacada como primordial para o acompanhamento da criança/ adolescente em seu desenvolvimento, estabelecendo vínculo com a instituição de acolhimento. Foi abordado também a importância do acompanhamento da criança/ adolescente de maneira individualizada e integral, realizando ações de educação em saúde que contribuam para melhor entendimento e autonomia de cada um, uma vez que suas necessidades, direitos e autonomia são negligenciados frequentemente, tendo suas individualidades banalizadas. (Penna, *et al.* 2016)

O segundo artigo também preconiza que haja maiores informações sobre a criança/ adolescente, para que as mesmas tenham acesso a sua história e sua origem, de forma que se reconheçam como seres individuais com vivências diferentes e conhecimento sobre si mesmo. (Pinho; Machado, 2023)

Tabela 4: análise dos dados de busca realizado na Biblioteca Virtual de Saúde na segunda abordagem

BVS 2				
Titulo	Periódico e ano	Objetivo	Principais Resultados	Considerações Finais
Percepção de profissionais de unidades de acolhimento sobre saúde sexual e reprodutiva das adolescentes institucionalizadas	Cuidado é fundamental - 2020	Caracterizar o perfil sócio demográfico dos profissionais que atuam em unidade de acolhimento para adolescentes e analisar a percepção sobre saúde sexual/reprodutiva de adolescentes institucionalizadas na perspectiva de profissionais da unidade de acolhimento	Os profissionais não possuem formação direcionada a saúde sexual e reprodutiva; as adolescentes chegam já sem ter tido orientações familiares; dificuldade profissional para lidar com abusos e abandono;	O profissional enfermeiro deve contemplar em sua assistência especializada à promoção de saúde sexual e reprodutiva neste ambiente que se encontra esquecido pela população, proporcionando suporte às demandas de saúde dos jovens adolescentes, agindo no processo de reabilitação e inserção social desses adolescentes.

Por fim, a segunda busca realizada na Biblioteca Virtual de Saúde trouxe um artigo que destaca a importância de contemplar a assistência individualizada de cada indivíduo, uma vez é competência do profissional de enfermagem realizar a promoção em saúde, levando em consideração a saúde sexual e reprodutiva dentro do ambiente de acolhimento, uma vez que as dúvidas acerca do assunto precisam ser sanadas. (Félix *et al*, 2020)

É crucial que haja um acompanhamento de alguém capacitado para instruir de maneira adequada estas crianças/ adolescentes, facilitando o processo de reinserção social destes de maneira segura e adequada. Após análise, foi evidenciado que não há produção científica que aborda a humanização por meio da ludicidade para crianças/ adolescentes em situação de acolhimento institucional, se restringindo em sua maioria, a educação de saúde voltada para cuidados mais emergentes da criança/adolescente, e não de forma integral, contemplando suas necessidades biopsicossociais e espirituais.

6 CONCLUSÃO

Apesar da implementação da Política Nacional de Humanização (PNH) em 2013, os profissionais da saúde possuem limitações em relação a aplicabilidade da humanização do cuidado na prática, pois não há uma quantidade significativa de trabalhos que incluem a assistência em saúde para a criança/ adolescente em acolhimento institucional, principalmente por profissionais da área da saúde para além da psicologia.

A predominância de publicações relacionadas a crianças/ adolescentes se direciona a áreas relacionadas ao poder judiciário, abordando os direitos e deveres para as crianças/ adolescente em acolhimento institucional e as mazelas presentes dentro das instituições em relação ao preparo profissional para o cuidado desta faixa etária, e a falta de políticas públicas que alavanquem as famílias



que tiveram seus filhos retirados de seus lares, a fim de que se oportunize o (re)estabelecimento do núcleo familiar para poder ser detentora da guarda novamente.

Nesse sentido, a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012), a extensão universitária fortalece a formação técnico-profissional dos estudantes e incentiva mudanças sociais, promovendo uma troca de saberes entre acadêmicos que revela a singularidade de cada um, moldada pelas experiências em comunidade. Por meio das práticas de extensão universitária, os estudantes conseguem estreitar os laços com o público-alvo, promovendo a humanização do cuidado, conforme preconiza a PNH (2013). Indivíduos em situação de vulnerabilidade estrutural necessitam ser acolhidos de forma humanizada por outros seres humanos.

A enfermagem, em particular, se destaca por sua proximidade com os usuários e pelo estabelecimento de vínculos, especialmente na atenção primária. Ao atender às necessidades das instituições de acolhimento, a enfermagem desempenha um papel crucial na implementação da humanização, garantindo o acolhimento adequado e o desenvolvimento saudável de crianças/adolescentes.

De acordo com Lima e Chahini (2021), a humanização entrelaçada com a arte e a saúde contribuem para a promoção do bem-estar nos momentos de dor e angústia em indivíduos de diferentes faixas etárias, levando em consideração a individualidade do ser e a subjetividade de cada um. As atividades contribuem para o desenvolvimento da criança/adolescente, sendo capaz de proporcionar o desenvolvimento cognitivo entrelaçado com a afetividade, comunicação, interação com o meio e a socialização entre os indivíduos.

Por meio do brincar a criança/adolescente é capaz de explorar o mundo ao seu redor, sua imaginação, expressar seus sentimentos e explorar a criatividade, proporcionando momentos de descontração e integração de todos os indivíduos envolvidos, desde o planejamento até a execução de cada atividade, fazendo com que a arte seja a promotora de saúde capaz de fomentar o bem-estar, a autoestima e o cuidado para o próximo, com objetivo de melhorar as condições de saúde.



REFERÊNCIAS

ALTOE, S.; SILVA, M.; PINHEIRO, B. S.; A inconstância dos laços afetivos na vida das crianças e adolescentes abrigados. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 109-122, jun. 2011. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 mai. 2024.

BRASIL. Lei 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre a adoção. *Diário Oficial da União*, Brasília, 03 ago. 2009.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990a.

DA SILVA, E. R. A.; DE AQUINO, L. M. C.; Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. *Políticas sociais - acompanhamento e análise*. IPEA. 2005.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Manaus: Editus, 2012 (Extensão Universitária, v.1). Disponível em: http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX-_2012.pdf. Acesso em: 19 fev. 2023.

LIMA, A. J. A.; CHAHINI, T. H. Costa.; Atividades Lúdicas Desenvolvidas Com Crianças Em Hospitais Pediátricos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 27, n. 2, 5 Abr 2021 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/12301>. Acesso em: 24 jun 2024.

NASCIMENTO, M. L.; Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. *Psicologia & Sociedade* (2012), 24(n. spe.), 39-44. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Cj3wKXhg7xYxhtgFjwcLzMf/?format=pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024

NISHIKAWA-PACHER, A. Research Questions with PICO: A Universal Mnemonic. *Publications* 2022, 10, 21. <https://doi.org/10.3390/publications10030021>. Acesso em: 08 jun. 2024.

PENNA, L. H. G.; RIBEIRO, L.V.; RAMOS, K. A. A.; FÉLIX, F. O.; GUEDES, R. C.; Vista do Empoderamento de adolescentes femininas abrigadas: saúde sexual na perspectiva do Modelo Teórico de Nola Pender [Empowerment of female adolescents at shelters: sexual health in terms of the Theoretical Model of Nola Pender] | *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, 2016; 24(5): e27403. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/27403/23221>. Acesso em: 26 ago. 2024.

PIAGET, J.; A equilibração das Estruturas Cognitivas-Problema Central do Desenvolvimento. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.

PIAGET, J.; INHELDER, Barbel. *A psicologia da criança*. 18º ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

PINHO, P. G. R.; MACHADO, R. N. Entrega em adoção e demanda de reencontro à justiça: motivações da genitora. *Psicol. ciênc. prof.*, p. e245419–e245419, 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1422416>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SANTOS, C. M. S. et al.. Motor learning in children and adolescents institutionalized in shelters. *Fisioterapia em Movimento*, v. 30, n. 4, p. 725–732, out. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fm/a/JwyCZxdTY3mM9f3hCCYkF4B/?lang=en>. Acesso em: 26 ago. 2024.



SILVA, C. R. A.; LUNARDI FILHO, W. D.; BACKES, D. S., SILVEIRA, R. DA S., LUNARDI, V. L., & SILVA, A. P. A.. Acolhimento como estratégia do programa nacional de humanização. 2011. DOI: 10.4025/ciencucuidsaude.v10i1.8901. *Ciência, Cuidado E Saúde*, 10(1), 035-043. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/ciencucuidsaude.v10i1.8901>. Acesso em 23 mai. 2024

SOUZA, F. H. O.; DE BRITO; L. M. T.; Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes em Aracaju. *Psi. Clin.*, Rio de Janeiro, vol 27, n.1 p. 41-57, 2015.